

## Mídia Índia: porquê decolonizar a *práxis* jornalística<sup>1</sup>

Jorge Kanehide IJUM<sup>2</sup>

Tatiane Karina Barbosa de QUEIROZ<sup>3</sup>

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

Erick Marques Polidoro APOLINARIO<sup>4</sup>

Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS

### RESUMO

O Estado brasileiro, historicamente, tem despendido aos povos indígenas políticas racistas e discriminatórias, com o objetivo de fazer desaparecer essas populações ou torná-las resquício de um passado. A falácia da “democracia racial” se construiu porque o testemunho sempre foi privilégio do invasor. A ideologia eurocentrista não só explorou e espoliou os povos originários, como implantou no país uma perspectiva cognitiva que invisibiliza, silencia e exclui. Como este estado de coisas reflete na imprensa? A visão colonizada ainda perpassa a mente de grande fatia da sociedade e, por consequência, pelo pensamento de muitos profissionais de imprensa. As iniciativas de *etnojornalismo* demonstram uma potência para o enfrentamento dessa colonialidade e uma alternativa à *práxis* jornalística hegemônica. A Mídia Índia é um desses desafios na resistência para decolonizar a sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Etnojornalismo; Jornalismo indígena; Mídia Índia; Estudos decoloniais; *práxis* jornalística.

### Introdução

Dados do Censo (2010) apontam que o país abriga pouco mais de 890 mil indígenas, em 305 etnias, o que representa cerca de 0,5% do total da população brasileira. Essa “pequena” representatividade, diante da população não indígena, parece fazer com que as questões relacionadas aos povos originários não sejam consideradas como problemas nacionais. Darcy Ribeiro (2017) nos lembra que a questão indígena não pode

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP América Latina, Mídia, Culturas e Tecnologias Digitais, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

\*Uma versão deste estudo encontra-se em avaliação para um livro de um GT da Alaic.

<sup>2</sup> Jornalista, doutor em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP); pós-doutorado em Jornalismo pela Universidade de Coimbra/PT; professor do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e-mail: [ijumjor@gmail.com](mailto:ijumjor@gmail.com)

<sup>3</sup> Jornalista, mestre em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); aluna do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: [jornalistatianequeiroz@hotmail.com](mailto:jornalistatianequeiroz@hotmail.com)

<sup>4</sup> Jornalista graduado pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); indígena da etnia Terena; membro do Conselho Terena; jornalista da Mídia Índia; assessor de comunicação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). E-mail: [erick.marquesp@gmail.com](mailto:erick.marquesp@gmail.com)

---

ser compreendida fora dos quadros da sociedade brasileira; ela só existe “onde” e “quando” indígenas e não indígenas entram em contato – é consequência desse contato.

Mesmo 50 anos após a primeira edição de *Os índios e a civilização*, os apontamentos de Ribeiro (2017) continuam atuais. A maior vulnerabilidade às doenças infecciosas, que pode acarretar grande mortalidade e até mesmo em extermínio; as barreiras linguísticas e culturais que fazem com que não consigam interagir de igual para igual com os não indígenas e, por isso, não consigam garantir um sustento com recursos próprios; o fato de serem objeto de discriminação e marginalização; viverem um processo de “conjunção” de suas culturas com o modo de vida não indígena, o que pode conduzi-los a um “colapso” marcado pela perda do gosto de viver; e, por último, o conflito aberto com invasores das terras que habitam (RIBEIRO, 2017, p. 171). As questões enumeradas pelo autor podem ser exemplificadas com situações atuais no país, como a pandemia da Covid-19. Em um ano, a doença atingiu mais de 50 mil indígenas, de mais de 160 povos, e causou a morte de mais de 1 mil deles<sup>5</sup>. Por conta da demora na elaboração de um plano de ação para prevenção e tratamento da doença, aliada às condições de miséria em que esses povos vivem nas aldeias e acampamentos, como a falta de alimentos, de acesso à saúde e até mesmo à água potável, o Ministério Público Federal (MPF) fez, em abril de 2020, uma série de recomendações emergenciais às autoridades e lembrou que doenças respiratórias, como a Covid-19, “foram vetores do genocídio indígena em diversos momentos da história do país<sup>6</sup>”.

Outra situação que tem sido vivenciada por esses povos, há séculos, é o conflito gerado pela invasão e espoliação de seus territórios, acrescido de graves casos de desmatamento de partes de biomas como Amazônia e Pantanal para o plantio de soja, milho e criação de gado, além de atividades ilegais, como mineração e exploração de madeira. A retirada do que é considerado o maior bem dos povos indígenas, suas terras, remonta à própria invasão do Brasil pelos europeus.

No campo jurídico, a Constituição de 1988 assegurou aos povos indígenas o direito de reaver seus territórios tradicionais e estabeleceu prazo de cinco anos para essa regularização. Notadamente, o prazo não foi cumprido. As “batalhas judiciais” persistem até nossos dias e, com elas, a violência advinda dos conflitos gerados pelas disputas.

---

<sup>5</sup> Dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Disponível em: <https://apiboficial.org/>. Acesso em 20 de maio de 2021.

<sup>6</sup> Recomendações do Ministério Público Federal (MPF). Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/docs/RecomendacaoSaudeIndigenaCOVID19.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2021.

---

Dados do Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil<sup>7</sup> apontam que há pelo menos 287 territórios em processo de demarcação e outros 528 reivindicados, mas ainda sem nenhuma providência do Governo Federal para iniciar a regularização.

Historicamente, o Estado despendeu aos povos indígenas políticas racistas e discriminatórias. Desde o período colonial, foram realizados diversos projetos com o objetivo de fazer desaparecer essas populações ou, ao menos, torná-las “resquício de um passado de fundação da nação brasileira” (PALMQUIST et al, 2019). A política “anti-indígena”, principalmente após a posse do presidente Jair Bolsonaro, tem agravado a situação. No Brasil, os setores do agronegócio e da indústria (mineração, hidrelétricas e outros) não têm apenas poder econômico, mas também força política. A bancada ruralista sempre esteve entre as maiores no Congresso Nacional. Outros indícios são os diversos “retrocessos” no que tange à proteção e à garantia de direitos aos povos originários e também à flexibilização da legislação ambiental. Essas relações de poder têm, constantemente, fortalecido a narrativa de que os povos indígenas são uma espécie de “obstáculo” ao desenvolvimento e ao crescimento econômico do país.

Ribeiro aponta que, desde a colonização, uma ideologia quer para o indígena um futuro ‘branco’ - não indígena – dissolvido pela amalgamação étnico-racial e pela assimilação na chamada “comunidade nacional” (RIBEIRO, 2017, p. 172). O pensador indígena Ailton Krenak<sup>8</sup> nos lembra que a questão do que fazer com a população indígena que sobreviveu aos primeiros encontros entre os colonizadores/dominadores europeus e as populações que viviam no país, levou a uma relação muito “equivocada” entre o Estado e essas comunidades. “Isso porque a máquina estatal atua para desfazer as formas de organização das nossas sociedades, buscando uma integração entre essas populações e o conjunto da sociedade brasileira” (KRENAK, 2019, p. 39).

O argentino Walter Mignolo, que nos fala a partir da experiência da América, defende que a colonialidade é constitutiva da modernidade. Para o pesquisador, a conexão do Mediterrâneo com o Atlântico, no século XVI, lançou os fundamentos tanto da colonialidade quanto da modernidade (MIGNOLO, 2020, p.79). No mesmo sentido, o peruano Aníbal Quijano, ao desenvolver o conceito de “colonialidade do poder”, argumenta que a realidade da América Latina foi mundialmente “imposta” e, com isso, a

---

<sup>7</sup> Documento elaborado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/10/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2021.

<sup>8</sup> Ailton Alves Lacerda KRENAK é líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta e escritor brasileiro da etnia indígena Crenaque, presente nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso.

---

população de todo o mundo foi classificada em identidades “raciais” e dividida entre os dominantes/superiores e os dominados/inferiores. Com isso, todo e qualquer modo de conhecimento que não eurocêntrico passou a ser excluído, invalidado. Esse universo específico é o que será denominado como a modernidade (QUIJANO, 2010, p. 73-74).

Entendemos que a necessidade de decolonizar o pensamento, as epistemologias, a história e, também, as práticas jornalísticas hegemônicas, é uma demanda emergente. No presente trabalho, dialogamos com autoras e autores dos estudos decoloniais e pós-coloniais, pesquisadoras e pesquisadores indígenas e não indígenas e, por fim, apresentamos a Mídia Índia, rede de *etnocomunicação* e *etnojornalismo*, como um caminho, uma alternativa para essa possível tarefa de decolonizar.

### **1. Produção de exclusão e silenciamento**

Logo na introdução de seu clássico *O povo brasileiro*, Darcy Ribeiro denuncia a falácia da proclamada “democracia racial” do país (RIBEIRO, 1995, p. 24). Essa farsa se construiu porque o testemunho sempre foi privilégio do protagonista – o invasor. “Ele é quem nos fala de suas façanhas. É ele, também, quem relata o que sucedeu aos índios e aos negros, raramente lhes dando a palavra de registro de suas próprias falas”. O que a história nos conta é a versão do dominador (ibidem, p. 30). A exclusão e o silenciamento dos povos originários se dão desde a ocupação portuguesa no Século XV.

Autorizados pelo Vaticano e incentivados pelas venturas de D. Manuel, os navegadores portugueses não tiveram quaisquer pruridos para a implantação do projeto colonial na nova terra. A bula do Papa Nicolau V, de 1454, autorizava a “[...] invadir, conquistar, subjugar a quaisquer sarracenos e pagãos, inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo praticar em utilidade própria e dos seus descendentes” (BAIÃO apud RIBEIRO, 1995, p. 40). Já em 1537, formulou-se a questão – ‘o índio tem alma?’, a que o Papa Paulo III respondeu na bula *Sublimis Deus*. O entendimento foi de que a alma dos ‘povos selvagens’ seria um receptáculo vazio, uma *anima nullius*. Boaventura de Sousa Santos nos lembra que essa interpretação era muito semelhante a *terra nullius*, o conceito de vazio jurídico que justificou a ocupação dos territórios indígenas (SANTOS, 2009, p. 29). O projeto colonial foi um empreendimento de governo aliado aos esforços para a universalização da cristandade como alternativa para a expansão europeia (RIBEIRO, 1995).

A dizimação dos povos indígenas teve ao longo dos séculos o estigma estabelecido desde os primeiros contatos. Darcy Ribeiro conta que os índios perceberam a chegada do europeu como algo espantoso. Seriam gente de seu deus sol, que vinham milagrosamente das ondas do mar? Mas, aos olhos dos recém-chegados, os seres inocentes, com seus corpos em flor, tinham um defeito capital: “Eram vadios, vivendo uma vida inútil e sem prestança. Que é que produziam? Nada. Que é que amalhavam? Nada. Viviam suas fúteis vidas, como se neste mundo só lhes coubesse viver” (RIBEIRO, 1995, p. 45).

A presença do europeu já teria sido um fator para o extermínio de grande parte dessa população, pois frágeis, ingênuos, sem noção da força desproporcional que enfrentavam. A ambição pelo lucro, associado ao fato de a imigração ser predominante de homens, fez o colonizador contar com o indígena como ‘objeto’ para o trabalho, e o ventre da índia para sua satisfação – e procriação (RIBEIRO, 1995). Essa relação utilitarista entre o conquistador e o indígena-objeto denota sua presunçosa superioridade para colonizar e ampliar seus domínios. Esse afã pela ampliação de domínios é uma das críticas de Ailton Krenak. Para o autor, “a ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível” (KRENAK, 2019, p. 11).

Essa “luz presunçosa” é secular. O pensador palestino Edward Said assevera que a Europa “inventou” o Oriente. Ele refere-se ao Oriente Médio. Ao forjar distinções com o Oriente, o pensamento europeu procurou mostrar que sua cultura ganhava força e identidade, tornando a identidade do Outro subterrânea, clandestina (SAID, 1990). Se a Europa inventou o *Orientalismo* como paradigma para dominação, especialmente portugueses e espanhóis também adotaram estilo semelhante na sua relação com o Novo Mundo. Boaventura de Sousa Santos nos auxilia a entender o sistema de distinções criado pelas metrópoles em seus empreendimentos colonizadores, ao que nomeia de *Pensamento abissal*. Este consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos. O ‘outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade – torna-se inexistente. O autor enfatiza que “inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível” (SANTOS, 2010, p. 23). Salienta-se pela sua capacidade de produzir e radicalizar distinções – civilizado/selvagem, colonizador/colonizado, branco/negro, homem/mulher, rico/pobre, alta cultura/cultura popular.

---

A crítica de Santos evolui em *Sociologia das ausências e das emergências* (2002). Desta feita, o autor sublinha que a Modernidade desenvolveu uma *razão indolente*, o que acentuou a geração de não-existência. A indolência está em impor ao todo o que é característica de uma das partes, ou seja, os interesses do homem ideal – europeu, branco, letrado, rico, dominador. Essa razão estabelece monoculturas: do *saber*, ao aceitar a ciência moderna e a alta cultura como critérios únicos de verdade e de qualidade estética; do *tempo linear*, que impõe a ideia de que a história tem sentido único – progresso, modernização, desenvolvimento, crescimento; da *classificação social*, que apoia-se na monocultura da naturalização das diferenças e consiste na distribuição das populações por categorias; da *escala dominante*, pela qual a escala adotada como primordial determina a irrelevância de todas as outras; a *lógica produtivista*, que se assenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista. Por isso, qualquer pessoa fora do padrão é excluída. O que é o indígena por essa perspectiva?

Esta ideologia eurocentrista vigorou no processo de colonização de modo a naturalizar tais distinções ao longo dos séculos. Aníbal Quijano assegura que o eurocentrismo não é exclusivamente a perspectiva cognitiva dos europeus, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia (QUIJANO, 2010, p. 75). Por isso, grande parte do povo brasileiro, colonizado e educado pelo ideário eurocentrista, preserva esse espírito que invisibiliza, silencia e exclui os povos originários.

## **2. Imprensa e suas práticas hegemônicas**

Ainda que o contingente indígena hoje esteja reduzido a cerca de 890 mil (IBGE, 2010), a média da população mantém estigmas e preconceitos com ‘gente do seu próprio povo’, como diria Darcy Ribeiro. Como este estado de coisas reflete na imprensa? A visão colonizada ainda perpassa a mente de grande fatia da sociedade e, por consequência, pelo pensamento de muitos profissionais de imprensa.

É interessante observar que jornalismo moderno teve suas bases estabelecidas no Século XIX, quando predominava o pensamento positivista (europeu). Foi um estado de espírito em que o saber era sinônimo de razão a serviço do progresso. Naquele período eram propostas “gramáticas presentes tanto na metodologia da pesquisa do conhecimento científico quanto na de captação e narrativa da contemporaneidade que se difunde nos meios de comunicação social” (MEDINA, 2008, p. 18). Assim, os modelos jornalísticos

---

ali germinados incorporaram tanto esta razão científica como uma visão de mundo divisionista em linhas abissais, como denuncia Santos.

Os influxos positivistas tiveram grande influência nas práticas jornalísticas. O rigor científico traduz-se em trabalho de apuração e checagem de dados, com ganhos em precisão, entre outros benefícios. Por outro lado, esta racionalidade gerou outros efeitos (também incorporados aos modelos jornalísticos), como a *ética da explicação*, a qual o francês Edgar Morin considera insuficiente – a realidade é complexa e requer uma *ética da compreensão* (MORIN, 2001, p. 93-104). As narrativas jornalísticas não podem se restringir ao relato de fatos e explicações de acontecimentos, mas necessitam de compreensão dos fenômenos sociais. A compreensão exige contextualização – histórica, social, econômica, ecológica. Os esforços de compreensão criam oportunidades de reflexão sobre aspectos morais de qualquer fenômeno social.

O comportamento da imprensa tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores brasileiros na contemporaneidade. Estigmas e preconceitos, o silenciamento e a exclusão são aspectos observados em várias investigações que abordam a relação jornalismo e povos originários, que explanamos de forma breve aqui.

Um dos grandes pesquisadores das questões indígenas, Antônio Brand, já em 1997 denunciava o processo de confinamento pelo qual os povos guarani foram submetidos no Centro-oeste brasileiro. No início do século XX, foram comprimidos em pequenas reservas, espaços insuficientes para manterem seus modos de vida. Imaginava-se, na época, que estes iriam desaparecer – morrer ou tornarem-se caboclos (BRAND, 1997).

Medidas como esta não são tomadas por iluminação de mentes privilegiadas, são construídas pelo imaginário social através dos séculos, pois desenvolveu-se um estilo ontológico que despreza e desrespeita a identidade e a cultura do Outro. Renato Ortiz sublinha que romancistas como Gonçalves Dias e José de Alencar se preocuparam em “fabricar um modelo de índio civilizado, despido de suas características reais” (ORTIZ, 2003, p. 19). Ao analisar relatos de viagens de europeus pela Amazônia, Maria Janete Braga constata que os indígenas eram narrados apenas como parte da paisagem e não como um povo que tinha cultura, costume e religião, que mereciam respeito (BRAGA, 2017). Esta marginalização também é constatada por Luiz Carlos Martins ao ressaltar que o indígena, o caboclo e a região Norte são silenciados e apagados; na mídia, telenovelas e programas fingem abarcar representantes do Brasil inteiro, telejornais excluem outros

---

rostos, outras notícias – uma produção cultural que constrói a unidade brasileira, impondo alguns elementos em detrimento da base racial (MARTINS, 2005).

Dos esforços de apagamento de identidades e culturas é um passo para a violência. O desprezo ao Outro-indígena se dá porque o ser-indígena representa um entrave aos propósitos capitalistas. Moema Urquiza revela que em Mato Grosso do Sul há um abismo entre o modelo de desenvolvimento ocidental e as diferentes concepções de mundo dos povos tradicionais. Daí as disputas que envolvem o binômio apropriação-violência, sobretudo por conta dos processos de ocupação e retomada de territórios, demarcações de terras, laudos e perícias antropológicas solicitadas pela Justiça (URQUIZA, 2017).

Em outro trabalho, Moema Urquiza<sup>9</sup> descreveu os embates violentos que resultaram em assassinatos de lideranças indígenas. Alguns casos emblemáticos foram a morte do cacique Ângelo Kretã, em 1980; do líder guarani-kaiowá Marçal de Sousa, em 1983; do cacique Marcos Verón, em 2003; o “Caso Guaiviry”, em 2011, com a morte do cacique Nísio Gomes; o terena Oziel Gabriel, morto pela polícia durante uma reintegração de posse, em 2013; o confronto que levou à morte de Simeão Vilhalva, em 2015; o assassinato de Eusébio Ka’apor, em 2015; e o homicídio do “Guardião da Floresta” Paulo Paulino Guajajara, em 2019, entre outros. Tatiane Queiroz examinou em profundidade o “Caso Guaiviry”, em sua dissertação de mestrado (2014). Ao analisar a cobertura jornalística a respeito, constatou discursos contraditórios entre todas as partes envolvidas, em especial, os esforços para o silenciamento da comunidade guarani-kaiowá.

Nos conflitos entre indígenas e ruralistas, em geral a imprensa hegemônica tem tratado os primeiros como vilões, os invasores de propriedades privadas, “legalmente adquiridas”, ainda que as ocupações sejam formas de retomar áreas que deveriam estar demarcadas e homologadas. São vistos como violentos, imprevisíveis e ameaçadores, não importa quem disponha dos “fuzis ou flechas”, para lembrar Rubens Valente<sup>10</sup>. Por outro lado, os ruralistas são narrados como vítimas de ‘agressores’. Como lembra Darcy Ribeiro (1995), aqueles vadios, que vivem uma vida inútil e sem prestança, que nada produzem, que não ameam nada.

### 3. Os conceitos de etnojournalismo

---

<sup>9</sup> Em coautoria com Antônio Hilário Aguilera Urquiza e Jorge K. Ijuim (2016). Ver Referências.

<sup>10</sup> O jornalista Rubens Valente é autor do livro “Os fuzis e as flechas: História de sangue e resistência indígena na ditadura”, publicado pela Companhia das Letras, em 2017.

No campo acadêmico, as discussões sobre o termo *etnojournalismo*, que vem sendo utilizado para caracterizar a produção e a veiculação de notícias, informações e conteúdos pelos movimentos indígenas, foram ainda pouco abordadas. Sem recorrer ao termo *etnojournalismo*, especificamente, Osias Sampaio (2010), guarani formado em jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), discute as semelhanças e diferenças entre o jornalismo indígena e o jornalismo indigenista. Conforme o pesquisador, ambos possuem o objetivo dar voz e visibilidade às causas dos povos originários, no entanto, o primeiro é produzido por indígenas, com ou sem o apoio de não indígenas e, o segundo, é feito especificamente por não indígenas, como é o caso do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). O jornalismo indígena também tem a finalidade de defender e divulgar a cultura dos povos originários. Mayra Pereira (2016), do povo Wapichana, graduada em jornalismo pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), já utiliza o termo *etnojournalismo* para discutir as estratégias de comunicação do Conselho Indígena de Roraima. Ela destaca o desafio da formação e da atuação, no campo do jornalismo, por profissionais indígenas em prol do que ela denomina como “coletividade étnica”.

É bom lembrar que a experiência pioneira dos indígenas na comunicação foi o “Programa de Índio”<sup>11</sup>, em 1985 (NASCIMENTO, 2020). A iniciativa, protagonizada por integrantes da União das Nações Indígenas (UNI), foi realizada junto a Universidade de São Paulo – USP. Por meio do rádio, o programa abriu espaço para o pensamento, a história, a luta e a cultura dos povos indígenas. As quase 200 edições foram apresentadas por destacadas lideranças como Ailton Krenak e Álvaro Tukano. A popularização da Internet e, sobretudo, do acesso a dispositivos móveis, como tablets e smartphones, impulsionaram essa prática que vem sendo chamada pelos movimentos indígenas de *etnojournalismo*. Coletivos como a Mídia Índia, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a Web Rádio Yandê são algumas referências que atuam por meio de páginas oficiais e perfis nas redes sociais *Instagram*, *Twitter*, *Facebook*, *Youtube* e *Spotify*.

No campo da epistemologia do jornalismo, faz-se necessário refletir sobre as aproximações do *etnojournalismo* com outros modelos contra hegemônicos. Mônica Kaseker (2019) problematiza essas interfaces para propor um conceito para o termo. A pesquisadora recorre aos estudos de Bernardo Kucinski (1991) para caracterizar o que

---

<sup>11</sup> Em 2009, a Ikorê, empresa de projetos culturais e artísticos, criou o site Programa de Índio para disponibilizar o acervo de quase 200 programas de rádio apresentados entre os anos 1985 e 1991. Disponível em: <http://ikore.com.br/programa-de-indio/>. Acesso em 28 de jul. 2021.

pode definir o jornalismo alternativo, como não estar ligado à política dominante, além do desejo de representar uma saída para uma situação difícil e de protagonizar transformações sociais (KUCINSKI, 1991 apud KASEKER, 2019, p. 40). Para discutir as noções de comunicação alternativa, popular e comunitária, a autora também recorre a Cecília Peruzzo (2009), para quem o “alternativo” se diferencia pelos conteúdos de abordagem crítica e pelos modos de organização e de produção, enquanto a comunicação popular e comunitária são aquelas produzidas pelos movimentos sociais e pelas comunidades, sem fins lucrativos, educativa, cultural e mobilizadora, com a participação ativa do cidadão (PERUZZO, 2009 apud KASEKER, 2019, p. 40).

Com base nas experiências relatadas como práticas de *etnojornalismo* e nas discussões epistemológicas, dialogando com os conceitos de alternativo, comunitário e popular, entende-se que o *etnojornalismo* é alternativo porque adota modos de produção, expressão e distribuição diferentes dos padrões dos meios convencionais e dos setores dominantes. Tem vocação comunitária e popular por ser elaborado de forma participativa e democrática, dando voz diretamente aos membros de determinada comunidade. Por fim, traz como especificidade a questão étnica (KASEKER, 2019, p. 43). A pesquisadora destaca que o *etnojornalismo* pressupõe o protagonismo dos povos indígenas, com a adoção de valores próprios na seleção de temas e fontes, resultando em produções com traços culturais e étnicos em sua técnica, ética e estética, veiculados em mídias livres, engajadas e ativistas (KASEKER, 2019, p. 43).

Podemos entender que o conceito de *etnojornalismo*, ao se colocar como uma *práxis* contra hegemônica, carrega também o papel de decolonizar. Isso porque, como já mencionado, o eurocentrismo não é exclusivamente uma perspectiva cognitiva dos europeus, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia (QUIJANO, 2010). Assim, cremos que a luta contra essa dominação deve implicar, primeiramente, no enfrentamento da colonialidade, o que tem sido uma meta do *etnojornalismo*.

#### **4. Mídia Índia e a decolonização da *práxis* jornalística**

A Mídia Índia foi criada em 2017 por um grupo de dez jovens indígenas de diversos povos do Brasil. Caracterizada como uma “rede de *etnocomunicação* e *etnojornalismo*”, conta com mais de 60 correspondentes de diferentes localidades do país, conquistando um lugar importante na difusão de pautas e de temas transversais às causas dos povos originários, além de fortalecer e difundir sua cultura. Formada por

---

comunicadores indígenas, entre jornalistas, fotógrafos, *videomakers*, editores de texto, áudio e vídeo, produtores de conteúdo e influenciadores digitais, entre outros, a Mídia Índia conta com um site oficial<sup>12</sup> na Internet, mas atua com mais ênfase por meio das redes sociais. Com menos de cinco anos de atuação, já conquistou 55 mil curtidas na página do *Facebook* e 130 mil seguidores no perfil do *Instagram*. Coordenado por jovens e com foco na luta dos povos originários, os acessos às redes sociais já superam 10 milhões de visualizações por ano.

A Mídia Índia trabalha, basicamente, em duas frentes: a primeira consiste na sensibilização e na capacitação de jovens indígenas para a utilização da comunicação social como “ferramenta” de luta; já a segunda, consiste na produção e veiculação de conteúdos midiáticos. Entre 2019 e 2021, mais de 200 jovens de diversas etnias foram capacitados por meio de oficinas ministradas por comunicadores indígenas. As oficinas presenciais foram realizadas com povos que não tinham contato com a comunicação ou com equipamentos de captação audiovisual, como os uru-eu-wau-wau, parintintin, tenharin, tukano, sateré-mawé, guajajara, kaingang, terena, xakriabá, guarani- nhandewa e xokleng. Com a chegada da pandemia, a Mídia Índia teve que buscar novas estratégias para dar continuidade às capacitações e, dessa forma, foram iniciadas as oficinas online. Foi um momento de “ocupar” as redes e “demarcar” as telas em defesa de seus direitos.

Em relação ao conteúdo, os colaboradores atuam na produção de textos, áudios, fotos, documentários, vídeos e *vlogs*, entre outros, com o intuito de mostrar o cotidiano de suas aldeias, defender os direitos dessas populações, denunciar os crimes cometidos contra seus povos. A rede também atua na cobertura jornalística de ações e eventos protagonizados pelos movimentos indígenas em resposta às demandas das organizações de base, além de pautar, juntamente com organizações parceiras, temas transversais, como a preservação do meio ambiente e a diminuição dos efeitos das mudanças climáticas.

Como já citado, a gestão do presidente Jair Bolsonaro tem colecionado atritos com os movimentos indígenas desde que assumiu o poder, em janeiro 2019. Por conta dessa política anti-indígena, a Mídia Índia vem promovendo, junto às organizações de base que fazem parte da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Foram diversas campanhas devido ao aumento das invasões de seus territórios, ao descumprimento de direitos pelo Poder Executivo, além da tramitação de pautas, no Poder Legislativo e no Poder Judiciário, que visam retirar direitos desses povos previstos na própria

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://midiaindia.org/>. Acesso em 20 de jul, de 2021.

Constituição. No primeiro mês do mandato de Bolsonaro, foi realizado o “Janeiro Vermelho”, ação contra a Medida Provisória (MP) 870/2019, que transferiu a supervisão da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Ministério da Justiça para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; além disso, transferiu a competência para realizar a identificação e delimitação das terras indígenas à Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura. Durante a mobilização, a Mídia Índia produziu conteúdos que desmentiram discursos do Poder Executivo e convocou a população indígena para a “luta”, com a realização de “twitaços” e a publicação de fotos e vídeos mostrando a real situação dessas comunidades.

Por conta da pandemia da Covid-19, que afetou milhares de indígenas, a Mídia Índia atuou ao lado da Apib na campanha “Vacina Parente”. Com a chegada do imunizante nas aldeias, em janeiro de 2021, diversos grupos se recusaram a aceitar as doses, motivados por um enorme número de informações falsas disseminadas, principalmente pelo Whatsapp. Para tentar minimizar os efeitos dessa desinformação, a campanha integrou ações políticas, judiciais, de saúde e, principalmente, de comunicação. Ainda no mês de janeiro de 2021, o órgão entrou com uma petição no STF (Supremo Tribunal Federal) para garantir a vacinação de todos os povos indígenas, incluindo os não aldeados, na fase 1 da imunização.

Dentre as mobilizações mais recentes está o acampamento “Levante pela Terra”, em junho de 2021, em Brasília. O ato tentou retirar de pauta o PL 490, que tramita no Congresso desde 2007. A ação contou com mais de 800 indígenas de diversos lugares do país. Mesmo sendo pacífico, os indígenas foram reprimidos pela PM com bombas de gás lacrimogêneo e efeito moral. O PL 490 cria um “marco temporal”. De acordo com a Constituição, não há necessidade de comprovar a data da posse da terra, uma vez que os indígenas, como povos originários, já habitavam o local. Apesar disso, a tese do marco temporal sustenta que os povos indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, dia da promulgação. O PL também proíbe a ampliação das terras indígenas já existentes e abre espaço para a exploração econômica predatória nos territórios. Mesmo com as mobilizações, no dia 23 de junho, por 41 votos a 20, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer do relator, deputado Arthur Maia (DEM-BA).

Diante das experiências relatadas, apontamos que a Mídia Índia, além de ser uma rede de *etnocomunicação* e *etnojornalismo*, também atua como um veículo ativista. Ou

seja, ela produz um jornalismo que, ao mesmo tempo que informa, também se posiciona contra uma *práxis* hegemônica. Ela rompe com o eurocentrismo e com a colonialidade e se coloca como uma alternativa aos modelos jornalísticos (colonizados). A imprensa chamada *mainstream* ainda é forjada por ideias positivistas que privilegiam a objetividade e a neutralidade, em detrimento das subjetividades. A Mídia Índia rompe com uma *práxis* que não leva em conta a alteridade, uma vez que não consegue lidar com a pluralidade da cultura, dos saberes e dos modos de pensar e de viver dos povos originários.

### Considerações possíveis

Em *Ideias para adiar o fim do mundo*, Ailton Krenak afirma que “[...] a ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo” (KRENAK, 2020, p. 22-23). Essas palavras que vêm do fundo da alma podem parecer um desejo de isolamento, de negação do Outro. Mas não é. As mentes colonizadas, domesticadas pelo eurocentrismo é que não conseguem entender a profundidade dessa visão de mundo.

Os povos originários simplesmente desejam manter sua busca da “Terra sem males”, na abordagem antropológica, ou do “bom viver (bem viver)”, o *tekove porã*, em guarani kaiowá, ou o *sumak kawsay*, em quíchua<sup>13</sup>, ou ainda o *suma qamaña*, em aimará<sup>14</sup>. A rigor, esta é uma visão cosmológica, uma ética em que o território – com as condições mínimas de alimentação, subsistência, saúde, etc. – é visto como primordial na harmonia e coesão social (MURA, 2006). No entanto, este território – de onde foram expulsos – está marcado pela longa e histórica luta fundiária, e é também onde se pode voltar a viver as práticas tradicionais.

Alguns historiadores e antropólogos, como Antônio Brand, Fábio Mura e Darcy Ribeiro, ajudam a nos aproximar desses traços culturais. Indígenas que se engajam no

---

<sup>13</sup> **Quíchua** ou **quíchua** é uma família de línguas indígenas da América do Sul, ainda hoje falada por cerca de dez milhões de pessoas de diversos grupos étnicos da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru ao lado dos Andes. Possui vários dialetos inteligíveis entre si. É uma das línguas oficiais da Bolívia, Peru e Equador.

<sup>14</sup> **Aimará** é uma língua falada por mais de 2,5 milhões de pessoas da etnia aimará, principalmente no Peru, na Bolívia, no Chile e na Argentina. No Peru e na Bolívia, a língua aimará é considerada língua oficial, junto com o idioma quíchua, que está estreitamente relacionado com aquela. Essas línguas não tiveram escrita até a introdução do alfabeto latino pelos espanhóis, que tinham interesse em empregar essas línguas para pregação religiosa e conversão dos ameríndios.

esforço de compartilhamento dessa visão cosmológica, a exemplo de Krenak, nos ajudam a compreender o espírito dessa luta de resistência. Por outro lado, os estudos decoloniais, com autores como Quijano e Mignolo, nos fazem sentir a necessidade de se superar a domesticação imperialista e capitalista.

Esta visão domesticada e colonizada, como já pudemos observar, persiste na sociedade brasileira e, por consequência, em setores conservadores da imprensa. Se a imprensa é fatia do mesmo bolo social que ela serve e, por isso, reflete o pensamento de expressiva parcela desta sociedade, como nos lembra Alberto Dines (2008), seu produto pode tanto elevar o nível de consciência de sua audiência como pode conservar (ou até amplificar) estigmas e preconceitos.

A Mídia Índia e as várias iniciativas de *etnocomunicação* e *etnojornalismo*, protagonizadas pelos próprios indígenas, não expressam um desejo de isolamento, de negação do Outro. Ao contrário. Primeiro, buscam ocupar um espaço midiático que, em princípio, lhes é negado na imprensa *mainstream*, para divulgar informações e ações a um público mais amplo. Segundo, por meio de tecnologias atualizadas, visam sensibilizar a sociedade sobre a importância de suas lutas de resistência. Terceiro, procuram capacitar jovens nas estratégias, técnicas e tecnologias de comunicação para a continuidade e amplificação desses esforços. Por fim, recorrem às ferramentas de comunicação para a mobilização dos povos tradicionais para suas ações de resistência.

À medida que os espaços midiáticos estejam mais equilibrados com a presença do *etnojornalismo*; à medida que mais jornalistas-indígenas ocupem funções na imprensa convencional; à medida que jornalistas não-indígenas estejam mais conscientes de sua responsabilidade com as causas mais universais, como as questões indígenas, elevam-se as possibilidades de decolonizar a *práxis* jornalística e a própria imprensa. Elevam-se as esperanças de decolonizar a sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRAGA, M.J.C. O silenciamento do índio nas narrativas sobre a Amazônia. **Revista Tropos**, volume 6, número 1, edição de Julho de 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/1106> . Acesso em: 28 jul 2021.

BRAND, A. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá-guarani**: Os difíceis caminhos da palavra. (Tese doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)

DINES, A. **O papel do jornal: Uma releitura.** 9 ed. São Paulo: Summus, 2009.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico (2010).** Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 12 jul. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil: 500 anos de povoamento.** Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/>. Acesso em 27 jul 2021.

IJUIM, J.K.; URQUIZA, A.H.A.; URQUIZA, M.G. Imprensa, indígenas versus ruralistas: As tensões entre o modelo desenvolvimentista e o bom viver (*tekove porã*). **Revista Extraprensa.** V. 9 N. 2 (2016). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/113880>. Acesso em: 27 jul 2021.

KASEKER, M. P. Apontamentos sobre o conceito de Etnojornalismo. In: HRENECHEN, V. C. de A. T. (Org.) **Comunicação e jornalismo: conceitos e tendências;** v. 3. Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2020.

MARTINS, L.C. O Norte apagado: algumas formas de materialização discursiva do silenciamento do indígena e do caboclo da Amazônia brasileira. Trabalho apresentado no simpósio “Discurso” do **II Seminário de Análise de Discurso.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/LuizCarlosMartins.pdf>. Acesso em 27 jul 2021.

MEDINA, C. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos.** São Paulo: Summus, 2008.

MIGNOLO, W.D. **Histórias locais/ projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** Trad. Catarina E.F. Silva e Jeanne Sawaya. 3 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2001.

MURA, F. **À procura do “bom viver”:** Território, tradição de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowá. (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, 2006.

NASCIMENTO, L.G. **Etnocomunicação indígena como prática de liberdade decolonialista e ancestral na formação comunicativa da Webrádio Yandê.** (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano, da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional.** 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PALMQUIST, H.; ARAÚJO JUNIOR, J.J.; BOAVENTURA, L.C.L.; BECKHAUSEN, M.V.; ZOLLINGER, M.B.; OLIVEIRA, R.M. **Reminiscências Tutelares: A MP nº. 870 e seu projeto inconstitucional para os povos indígenas.** Ascom MPF, Pará, 2019.

PEREIRA, M.C.S. **Estratégias de comunicação e etnojournalismo no Conselho Indígena de Roraima.** Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Roraima – UFRR. Porto Velho, 2016.

QUEIROZ, T.K.B. **Discursos e sentidos na cobertura jornalística: “O Caso Guaviry em Mato Grosso do Sul”.** (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/2095>. Acesso em: 27 jul 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social *in* SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do sul.** Coimbra: Almedina, 2010.

- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.** 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno.** 7. ed. São Paulo: Global, 2017.
- SAMPAIO, O.R.A. **Jornalismo indígena e jornalismo indigenista.** Monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina – UEL. Londrina, 2010.
- SAID, E. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente.** Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- SANTOS, B.S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, Outubro 2002: 237-280. Disponível em: <http://rccs.revues.org/1285> . Acesso: 28 jul 2021.
- SANTOS, B.S. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais à uma ecologia dos saberes in SANTOS, B.S. e MENESES, M.P. (Orgs). **Epistemologias do sul.** Coimbra: Almedina, 2010.
- URQUIZA, M.G. **O lugar do Outro na narrativa jornalística: Um olhar a partir da cultura.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, 2017.
- VALENTE, R. **Os fuzis e a flechas: História de sangue resistência indígena na ditadura.** São Paulo: Cia das Letras, 2017.